



ATA N.º 4/2013

Aos doze dias do mês de Junho de dois mil e treze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;**
- 2. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL. PROPOSTA Nº 47/GAPV/2013;**
- 3. REVISÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2013. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 12/2013;**
- 4. PAEL - PROGRAMA DE APOIO Á ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO. INFORMAÇÃO 13/DGF/13;**
- 5. LEI Nº. 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO, LEI DOS COMPROMISSOS DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2013. INFORMAÇÃO Nº. 6/SC/13;**
- 6. COMPRA DO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE COMERCIAL EEA DETIDA NA PROPORÇÃO DE 52%, PELA SOCIEDADE EHATB;
- AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS
- FUSÃO;**
- 7. PROPOSTA DE TABELA DE TAXAS SIR – SISTEMA DE INDÚSTRIA RESPONSÁVEL - ARTIGOS 79º E 81º, DO DECRETO-LEI N.º 169/2012, DE 1 DE AGOSTO. PROPOSTA Nº. 52/GAPV/13;**
- 8. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES.
PONDERAÇÃO DAS SUGESTÕES E OBSERVAÇÕES APRESENTADAS NA FASE DE PEDIDO DE PARECER E DISCUSSÃO PÚBLICA DE PROJETO.**

Depois de verificado o quórum contaram-se as seguintes faltas:

João Maria Ferreira Teixeira

Maria da Graça Rodrigues Silva

Susana Isabel Santos Ramos

Rui Jorge Lousada Alves

Luis António Gonçalves Costa

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

Adélia Marinha dos Santos Morais



Nuno Vaz Ribeiro
Maria Aline Silva Ferreira Caetano
Ana Paula Fernandes Jesus Moura
António Manuel Pires de Almeida
Gilberto Reis Sousa

A ata número três, referente à sessão ordinária realizada no dia 24 de Abril de 2013, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados. O Senhor deputado Nelson Paulo G. Montalvão do PSD disse que na página 26, 1º parágrafo, onde se lê «.....sobre esta matéria», deve ser acrescentado «sobre esta matéria, da criação da Unidade Local de Saúde». O Senhor deputado Jorge Pinto de Barros do PS disse que ficou com a impressão, que a intervenção do Senhor deputado Nelson Montalvão fora no sentido de dizer que o PSD se revia na posição do Senhor deputado Francisco Taveira, não só no respeito à ULS, mas em toda a sua intervenção.

Posta à votação foi aprovada por maioria, com 4 abstenções (3 do PS e 1 do PSD), por ausência na última sessão.

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu o Senhor deputado António Jorge Pinto de Barros que será ouvida novamente a gravação referente à sessão desta Assembleia realizada em 24 de Abril, para verificar se foi devidamente resumido tudo o que sobre a matéria foi dito.

Depois de ouvida, novamente, a gravação, nada mais há a acrescentar àquilo que ficou escrito na última ata.

Entrou-se no período “Antes da Ordem do Dia”

Para este período inscreveram-se os seguintes deputados:

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SELHARIZ – Francisco Gonçalves Macedo – cumprimentou os presentes em seguida disse:

“O nosso País vive uma crise financeira, política, de valores e outras que lhe queiramos acrescentar. Eu, como muitos portugueses, sinto-me preocupado como pai porque vejo o futuro dos meus filhos negro; sinto-me preocupado com os idosos que vemos tratados como trapos velhos, ao contrário das crianças que vemos «endeusadas»; como funcionário público vejo-me tratado como inimigo público nº. 1, a abater, e culpado de todos os males do País. Preocupado com a classe política que nos governa que, infelizmente nos dá maus exemplos e devia ser a primeira a dar o exemplo ao povo. É assim que deve ser uma família. É assim que um pai deve fazer para poder exigir. Infelizmente são tantos os maus exemplos – BP, BPP, Cova da Beira, Submarinos, José Sócrates, Miguel Relvas, Valentim Loureiro, etc. – uma série de nomes que parece não acabar.

É neste contexto de crise profunda que vai decorrer o próximo ato eleitoral e, se repararam, estamos a menos de quatro meses das eleições autárquicas que ainda não foram marcadas. Desta vez, no Concelho de Chaves, vão a votos trinta e nove freguesias em vez das anteriores 51. Estou preocupado com as freguesias em particular com a minha. Todos nos recordamos do processo que levou à extinção de doze freguesias no Concelho – a famosa Reforma Administrativa Territorial



Autárquica. Não voltarei a falar neste assunto, antes porém, quero reafirmar tudo o que disse sobre a primeira e a segunda propostas. Fui acusado de influenciar a votação na primeira e não me arrependo; só me arrependo de não ter sido tão incisivo na segunda proposta. Arrependo-me de não ter inclinado a minha freguesia para a freguesia de Oura porque foi sempre a minha primeira opção, porém, não quis exercer influência nas pessoas e deixei-as decidir. Não tenho nada contra Vidago até porque residi lá durante dez anos e sempre defendi que Vidago deveria ter um tratamento especial porque é o centro geográfico de treze freguesias (11 do Concelho de Chaves e 2 do Concelho de Vila Pouca de Aguiar). Também defendi que Vidago merecia um cartaz cultural e iluminação de Natal. É evidente que se fez obra em Vidago mas muito há ainda a fazer. Estou a lembrar-me do caminho da Adega Cooperativa, da Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, da Rua Santos, dos passeios na Estrada Nacional nº. 2, com estacionamento em cubos, do Largo Miguel de Carvalho, da Escola de Transito ali instalada, da avenida do Palace e outras. Não estou a falar nisto apenas agora, mas venho defendendo estas obras como essenciais para Vidago e não pensava que iria ser a minha freguesia.

Aos eleitos do Grupo Parlamentar do PSD deixo aqui o meu muito obrigado. Foram amigos de verdade. Mas confirmei o que não queria. Acabaram-se os interesses acabaram-se as amizades. Nunca pedi favores para mim. Queria apenas que fosse seguido um critério justo e objetivo. Aos meus colegas Presidentes de Junta digo-lhes que não foram eleitos para extinguir freguesias mas sim para defender as suas freguesias. Votaram a segunda proposta mesmo depois da reunião que todos tivemos, onde ficou combinada uma coisa e depois decidida outra; apesar disso votaram favoravelmente. No meu entender deviam ter-se absterido e deixado essa responsabilidade para a Unidade Técnica na AR. Este processo, mais cedo ou mais tarde vai tocar a todos. Tenho as minhas convicções, mas não sou masoquista. Aos que queriam ser supra presidentes digo que as freguesias não vão ter nem mais competências próprias, nem diferenciadas; vão apenas ter as competências delegadas pelas Câmaras Municipais. Pelo contrário vão ter menos competências e menos dinheiro. As competências que foram prometidas às Juntas de Freguesia vão para as CIM, assim como o valor da poupança obtido com as extinções.

Voltando à minha freguesia as pessoas já pensaram o que é gerir quatro freguesias, com o mesmo número de eleitos e com muito menos dinheiro? Então o que estiveram a fazer todo este tempo quatro Presidentes de Junta? Isto foi um atestado de incompetência aos atuais. As pessoas ainda não deram conta do que as espera. Ganhe quem ganhar as eleições na nova freguesia, não tenho dúvida que será mais um problema a juntar aos já existentes. Nunca pensei deixar o cargo de Presidente de Junta tão amargurado e tão preocupado e vou citar aqui Pedro Santana Lopes....«poderei a curto prazo não estar por aqui, mas andarei por aí PPD».

Terminando não podia deixar passar esta Assembleia sem dizer isto porque não andava bem comigo mesmo e não tinha paz de espírito; tinha um conflito emocional que não conseguia resolver. Espero, a partir de agora, ficar de bem comigo, esquecer o que se passou e encetar uma vida nova, no que a este tema diz respeito. Bem-hajam. Até breve. Até sempre. Fiquem bem, sejam felizes, tenham saúde e, quem sabe, um dia não voltamos a encontrar-nos todos aqui. Boa tarde”



PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – cumprimentou os presentes e disse ter um conjunto de questões para colocar ao Senhor Presidente da Câmara.

“Uma parte prende-se com recente visita do Senhor Primeiro Ministro ao nosso Concelho, visita essa em ralação à qual nada há a dizer, mas consideramos curioso que os deputados municipais não tivessem sido informado da sua presença e que não tivesse havido uma maior divulgação, dado que veio em visita a duas empresas da nossa região. Não vou levantar qualquer espécie de suspeição em relação a este secretismo, mas há um conjunto de questões que considero importante que tivessem sido colocadas ao Senhor Primeiro Ministro e em relação às quais houvesse resposta. Vou referir questões que foram apresentadas neste Fórum sobre a forma de “Moções”, algumas delas pelo Grupo Municipal do PSD, aprovadas por unanimidade e que, mais uma vez, sem necessidade de legitimação, o Senhor Presidente estaria em condições não só de as fazer, como de exigir respostas.

Quero perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se questionou o Senhor Primeiro Ministro sobre qual a razão de a A24 ser a Autoestrada que paga as portagens mais elevadas do País e se veio cá anunciar a devolução do estatuto de SCUT a essa via. Se perguntou ao Senhor Primeiro Ministro, quando retirou os incentivos fiscais às empresas que se instalem nas regiões do interior, se pensou que estas são regiões onde as oportunidades chegaram muito mais tarde que a todas as outras e, portanto, é normal que careçam ainda de um sistema de incentivos específico, para que possam atingir patamares desejáveis de desenvolvimento. Se o Senhor Primeiro Ministro veio falar na criação efetiva de postos de trabalho na nossa Região, que contribuam para evitar a fuga de pessoas e ajudar a fixar os nossos jovens. Se o Senhor Primeiro Ministro foi questionado e se respondeu, sobre o fortalecimento e afirmação do Ensino Superior no Concelho de Chaves. Se o Senhor Primeiro Ministro foi questionado e respondeu sobre a criação da Comarca do Alto Tâmega. Se o Senhor Primeiro Ministro foi questionado e respondeu sobre a devolução de serviço retirado, já no seu mandato, ao Hospital de Chaves, como a urgência de cardiologia, internamento de cirurgia 1, consulta externa nomeadamente a de urologia, entre outras, e se veio apresentar o estudo relativo à constituição da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega. Se o Senhor Primeiro Ministro falou em qualquer espécie de caminho para devolução de proximidade aos cidadãos, que ficaram ainda mais isolados com o processo de reordenamento territorial autárquico, feito sem qualquer critério. Era minha expectativa que a comunicação social nos transmitisse as respostas do Senhor Primeiro Ministro a estas questões porque eu não quero, sequer, por em questão, que ele não tenha sido questionado sobre todas estas situações.

Por tudo isto eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara a resposta que o Senhor Primeiro Ministro deu a estas questões.

Decretada a inconstitucionalidade das CIM pergunto ao Senhor Presidente da Câmara qual é o Plano B que a Autarquia tem definido para encontrar os parceiros necessários para que, efetivamente, em favor deste Concelho e da sua centralidade estratégica, possa pugnar para que, parte deste conjunto de questões, que aqui coloquei, possam ter uma resposta efetiva.



Na última reunião desta Assembleia Municipal o Senhor Presidente da Câmara apelidou-me de provedora das freguesias, mas eu penso que quem devia exercer essa função era o Senhor Presidente e o seu executivo. Eu tenho aqui alertado para a necessidade de honrar os compromissos com as freguesias; neste momento temos quatro freguesias em Tribunal, que são Santo Estevão, Santa Maria Maior, Ervededo e Oura. Em relação a este assunto pergunto-lhe se isto configura má gestão por parte dos respetivos Presidentes de Junta ou se tem a ver com a falta de pagamento de protocolos, por parte do executivo, trazendo à evidência a má gestão da autarquia até este ponto”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse subscrever inteiramente a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Selhariz, que demonstra a gravidade da crise que atravessamos.

“É a demonstração do desencanto com a politiquice, que quando mudou o Governo e se iniciou novo ciclo político, com um discurso de rigor e transparência, apenas nos estavam a mandar poeira para os olhos. É uma acusação ao Governo, ao ex-Ministro Miguel Relvas, de quem pensava que as coisas iam mudar e afinal não mudaram rigorosamente nada.

Eu também sou funcionário público e também me sinto humilhado e ofendido pela atuação deste Governo e não aceito a mensagem que quer passar dos funcionários públicos, que não é inocente e nem é só para justificar cortes. É para extinguir e privatizar serviços.

Na última Assembleia a meu ver, erradamente, o Senhor deputado Francisco Taveira fez a intervenção que entendeu e que, do ponto de vista técnico não é importante ser discutida. Mas a partir do momento que o Presidente do Grupo Municipal do PSD diz que subscreve a intervenção, passamos a ter uma opinião oficial do Partido do poder, neste Concelho em que, depois, sem os pormenores da referida intervenção, é defendido um hospital de proximidade. Essa é uma armadilha na qual não podemos cair; é um erro estratégico de discussão e é um erro que prima até por uma incapacidade de diálogo do Grupo Municipal do PSD e do Executivo. É uma mudança em relação aos consensos prévios comuns a toda a Assembleia. O ênfase tem de ser colocado ao modelo do Hospital que existia antes da integração em que também privilegie o internamento; a noção de Hospital de proximidade tem na sua definição a ausência de internamento e não é isso que queremos para o Alto Tâmega e para o nosso Concelho.

Tal como a Senhora deputada Paula Barros, também nós estávamos à espera de uma defesa intransigente, perante o poder central, de todas as medidas que promovam o desenvolvimento do interior e entendemos que uma das críticas mais sérias e mais contundentes que podemos fazer a este executivo, principalmente ao último mandato e especificamente desde quando ocorreu a mudança de governo, é o apagar completo da sua capacidade reivindicativa. Mas não é só o executivo da Autarquia de Chaves. São todos os executivos do Alto Tâmega que deviam estar unidos, fazer um Congresso para o desenvolvimento da Região, denunciando a emigração galopante, a extinção dos Tribunais e a extinção de freguesias; deviam exigir que o Governo implementasse a Resolução da Assembleia da República sobre a Unidade Local de Saúde; deviam reafirmar a importância para o desenvolvimento



da Região, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Depois de dez anos o abismo entre Chaves e Vila Real é inquestionável, quer em índice de desenvolvimento, quer de fixação de população jovem, em criação de estruturas de saúde, em manutenção do Ensino Universitário etc.

O Senhor Primeiro Ministro, que até é transmontano, veio aqui e não sabemos se foi confrontado com as questões das portagens da A24, em que um terço do que é pago vai para a manutenção dos pórticos. O mesmo se diga em relação à Lei das Finanças Locais que aprofunda o estrangulamento das autarquias locais e ainda sobre a quebra da natalidade, que este ano é mais acentuada.

Fica o desafio da CDU para que este Executivo retome a postura que teve aquando os governos do Partido Socialista, que foi histórica, quando quiseram tomar medidas que prejudicavam a região, mais suaves do que as que agora estão a ser introduzidas por este Governo, e que levaram à revolta organizada dos autarcas. É tempo de mobilizar a força dos autarcas para lançar um fortíssimo movimento que conteste as medidas do Governo e lhe diga que elas não são inevitáveis. Elas vão levar a um aprofundar da crise e ao estrangulamento do desenvolvimento da região. As decisões que estão a ser tomadas agora vamos senti-las, profundamente, durante muitos e longos anos, se não soubermos mobilizar todos os autarcas para impedir estas decisões gravíssimas do Governo”.

ISAURA GOMES DE SOUSA do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse que gostaria de colocar algumas questões que a preocupam.

“Chegou a hora de ir embora, por diversos motivos mas essencialmente por não poder cumprir na íntegra, tal como sempre pautei a minha vida, as tarefas para que fui chamada/convidada. Vou embora, não com a intenção de dar lugar aos mais jovens, com todo o respeito e amizade que tenho por eles, porque todos, jovens e menos jovens têm o seu lugar. E se cada um ocupar o seu lugar com consciência, certamente que as coisas, nomeadamente a política, será vista de maneira diferente. A juventude não se reduz à idade cronológica. Na minha perspetiva é muito mais do que isso. À idade ideológica junta-se a experiência que se vai adquirindo ao longo da vida, através de um trabalho criticamente refletido. Admiro os jovens e as crianças pela sua garra e sobretudo pela sua irreverência; sempre os desafiei para que cada um despertasse em si os sentimentos essenciais com que poderiam construir uma sociedade mais justa, mais solidária, mais participativa e mais responsável. Ser irreverente e ser aguerrido, não significa ser agressivo porque a agressividade, na minha perspetiva mata ideais e ser aguerrido ajuda a cumprir esses ideais.

Foi isso e muito mais que fui tentando partilhar ao longo do tempo com todos os que me estão próximos, na família, na escola e na sociedade onde me envolvi de alma e coração, acreditando que era possível construir, em conjunto, uma sociedade melhor. Todos somos importantes e essa importância reflete-se no nosso coração e na nossa mente e se conjugarmos uma com a outra, certamente as coisas serão bem diferentes.

Vou embora para cuidar do meu marido que sofre de uma doença grave e tenho que estar totalmente disponível para ele. Na minha ótica é muito importante que as famílias assumam o cuidado dos seus doentes e dos seus idosos. Com isto quero referir o valor da família que passa muito para além da crise porque, para mim, a



crise é essencialmente de valores. O valor da partilha, do reconhecimento, do respeito, do mérito, seja na criança seja no adulto, seja no idoso, são bens que poucas vezes vi aqui representados. É uma falha que tem de ser erradicada da política. Há que reconhecer o que está bem, apontando alternativas para melhorar o que está mal, com calma, com serenidade, com firmeza, com convicção e sobretudo pelo exemplo. Saber ser e saber estar implica isso mesmo. Isto é política. Nós não estamos aqui como estamos sentados à mesa de um café, num grupo de amigos. Antes de sair gostaria de agradecer o muito que aprendi e recebi nos tempos que por aqui passei; vou com a mesma vontade firme de corresponder aos desafios que me foram lançados. Pouco ou muito fui colaborando dentro das minhas possibilidades. Vou embora mais rica; aprendi muito com todos e deixo aqui a minha gratidão mais profunda por todos esses ensinamentos e a minha disponibilidade se por acaso for necessária. Desejo a todos os Senhores deputados as maiores felicidades e até sempre”.

FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS do PS – disse que as quatro ações judiciais que a Senhora deputada Paula Barros referiu são todas de 2013. Significa que terão um prazo de tramitação na ordem dos dois anos. Uma das ações cifra-se no valor pedido de 51.979,00€, uma outra no valor de 228 mil euros, outra em 8.363,00€ e a última em 108 mil euros.

“Isto significa que mesmo em plena tramitação e a ser levada para a frente a reforma que sabemos que pode acontecer, três quartos destas ações podem ser julgadas em Vila Real. Não sei quantas testemunhas as rés – Juntas de Freguesia – vão arrolar; não sei quantas testemunhas os Senhores Empreiteiros, vão arrolar. Imaginem que em três delas pode ir até quinze testemunhas de cada parte o que vai somar 30, mais os elementos da Junta de Freguesia daqui para Vila Real, não se sabe quantas vezes terão de lá ir, porque este número de pessoas não se ouve num dia, é caso para pensar”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA cumprimentou os presentes e em seguida respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados, pela ordem de intervenção.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Selhariz fez uma intervenção sobre uma situação genérica, a nível nacional que não vou comentar. Sobre as outras situações que referiu, não é da minha competência comentar estados de alma.

A Senhora deputada Paula Barros referiu-se à visita do Senhor Primeiro Ministro. De acordo com a informação que me foi dada os convites saíram quer para os Senhores deputados, quer para os Senhores Presidentes de Junta. Admito que alguns terão recebido, outros não. Os que deram os emails aos Serviços, certamente receberam, aqueles de quem não temos correio eletrónico poderão não ter recebido atempadamente porque foram enviados pelo correio. O certo é que foram enviados a todos os elementos desta Assembleia Municipal. Gostaria de lembrar à Senhora deputada Paula Barros que os pórticos da A24 foram negociados com o Senhor Secretário de Estado Paulo Campos do Governo PS, não sendo da responsabilidade do atual Governo a sua colocação nem os preços das portagens. Nessa altura a proposta contemplava pórticos até à fronteira de Vila Verde da Raia e pedi ao Senhor Secretário de Estado a isenção de portagens até Vidago. Depois de conversações o



Governo decidiu-se pela situação atual, tirando apenas o pórtico entre a Zona Industrial e Vila Verde da Raia. As demais situações foram referidas ao Senhor Primeiro Ministro incluindo a herança que tivemos das águas e dos resíduos sólidos. Quanto às ações que referiu a Autarquia não tem qualquer dívida com as Juntas de Freguesia de Ervededo e Santo Estevão tendo pago totalmente os protocolos oportunamente assinados; à freguesia de Oura a Autarquia tem a pagar dez mil euros relativos a um protocolo assinado em 2011 e acordado com o Senhor Presidente da Junta. Nas transferências para as Juntas de Freguesia sempre tivemos em atenção/prioridade o FFF que cada uma recebe; Santa Maria Maior é uma freguesia que recebe do Estado mais de cem mil euros por ano. Por essa razão, à medida que há disponibilidade financeira, vamos pagando primeiro às demais e essa fica para último. Ainda recentemente lhe foram transferidos quarenta mil euros.

Como sabem foi declarada a inconstitucionalidade da equiparação da CIM a Autarquia. O que respeita à constituição das NUT e respetivo suporte institucional, mantêm-se.

O Senhor deputado Manuel Cunha fez uma comparação de Chaves com Vila Real, mas como deve calcular, não é da nossa responsabilidade que Vila Real seja capital de Distrito e todos sabemos que as capitais de Distrito sempre tiveram mais investimento e mais serviços do que as outras cidades do mesmo distrito. É o caso da UTAD que foi instalada há muitos anos em Vila Real, pelo Governo e mais recentemente, em 2007, o Centro Hospitalar.

Cada deputado é livre de fazer as intervenções que entende e é responsável pelo que diz, mas isso não significa que queiram obrigar os outros a dizer aquilo que lhes convém ouvir. Eu trago aqui os assuntos conforme eles são e não como querem que sejam.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – pediu a palavra para direito de resposta.

“Peço que o Senhor Presidente solicite informação sobre o envio dos convites aos Senhores deputados municipais em relação à vinda do senhor Primeiro Ministro.

Se o Senhor Presidente recuar no tempo, no que se relaciona às SCUT, lembre-se que foi uma exigência do Grupo Parlamentar do PSD, em sede de negociação de um Orçamento de Estado, a introdução de portagens em todas as SCUT e foi o atual Senhor Primeiro Ministro que assinou o Decreto-lei vinculativo.

Acho curioso que o Senhor Presidente não tenha respondido sobre a questão dos incentivos fiscais às Empresas sedeadas no interior. Aliás o Senhor sabe que já um Governo do PSD, liderado pela Senhora Dra. Manuela Ferreira Leite, antes do Governo de José Sócrates, quis por fim a estes incentivos fiscais. Felizmente não o conseguiu nessa altura e foi o atual Governo que acabou com eles. Também não respondeu sobre a criação de postos de trabalho, a criação da Comarca do Alto Tâmega e sobre o estudo da Unidade Local de Saúde. Não sabemos se colocou estas questões ao Senhor Primeiro Ministro. A Reorganização Autárquica também foi feita por este Governo.

No que respeita à questão das Juntas de Freguesia folgo em saber que já não deve nada às Junta de Freguesia de Ervededo e Santo Estevão, mas não concordo que o



Executivo honre os compromissos com as juntas de Freguesia depois de terem sido os Presidentes a dar a cara em processos que são colocados em Tribunal”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que é interessante a resposta do Senhor Presidente da Câmara, porque em 2002 foi o ele que falou em Vila Real e nessa altura já havia lá tudo o que invocou na sua resposta, para desvalorizar a minha intervenção. Isso é politiquice. O que eu gostava é que o Senhor Presidente dissesse que julga ter defendido com frontalidade os interesses da Região sobre todos os aspetos, mas não o fez. Ora isto fica muito além daquilo a que nos habituou nos dois primeiros mandatos”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** usou novamente da palavra para responder às questões colocadas pelos Senhores deputados dizendo:

A Senhora deputada Paula Barros disse que as portagens foram exigência do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República mas quem era Governo na altura era o PS e se tivesse interesse em não as cobrar não as colocava porque tinha toda a legitimidade para o fazer. A mesma legitimidade com que agora argumentam que este Governo publicou a lei, tinha-a o Governo anterior para as não aplicar.

Nesta Assembleia Municipal, ao longo do tempo, mantive sempre a mesma posição e isso é provado nas minhas intervenções plasmadas nas atas. Mas há aqui quem teve uma posição enquanto foi Governo e agora tem outra completamente diferente.

O Senhor Deputado Manuel Cunha falou em politiquice. Na minha opinião a politiquice não parte da Câmara para os cidadãos, mas sim de alguns cidadãos em obediência a orientações partidárias. Agradeço o que o Senhor deputado disse sobre mim relativamente aos dois primeiros mandatos, mas não tenho qualquer receio de continuar a ser julgado nas próximas eleições em que sou candidato à Assembleia Municipal. Estou de corpo e alma com a candidatura do PSD e com mais liberdade ainda porque não estou a pedir nada para mim mas para a continuação de uma obra que nos orgulha, que valorizou o Concelho e que certamente continuará a valorizar. Não é pelas intervenções dos Senhores deputados que eu agora vou mudar a minha atuação. Tenho a plena consciência de que sempre defendi os interesses do Concelho em todos os aspetos e continuarei a defendê-los até ser substituído, aguardando o veredito de quem tem a última palavra que são os cidadãos.

Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”.

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

2 – Obras em Curso - Documento anexo

3 – Outras Atividades Relevantes - Documento em anexo.

Outras Informações:

Neste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SAMAIÕES, Carlos Luís Oliveira da F. Lopes – disse que na última reunião de Câmara foi nomeada uma Comissão Instaladora para as freguesias de Samaiões e Madalena e gostava de saber o que essa Comissão vai fazer.



“Quero saber se a junta de Freguesia continua a exercer as suas funções, conforme vem fazendo e porque é que ninguém da Junta e Assembleia de Freguesia de Samaiões faz parte dessa Comissão”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu dizendo que de acordo com a lei tem de ser nomeada uma Comissão Instaladora para a União das Freguesias da Madalena e Samaiões. De acordo com a referida legislação são nomeados quatro elementos em que um representa a Câmara Municipal, outro a Assembleia Municipal, outro a Assembleia de Freguesia e o quarto a Junta de freguesia, mais o mesmo número de cidadãos eleitores da freguesia. Esses oito elementos foram designados pela Câmara Municipal.

Sobre esta matéria colocámos um conjunto de questões, a várias entidades com competência para o efeito, aguardamos os respetivos esclarecimentos.

PONTO 2 – APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL. PROPOSTA Nº 47/GAPV/2013.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA fez a apresentação da proposta dizendo que o objetivo é que a Assembleia Municipal aprove um Regulamento para os projetos de interesse municipal e que vem na sequência das várias discussões que tem havido aqui e que entroncam numa das questões que a Senhora deputada Paula Barros acha que eu não respondi, sobre incentivos fiscais a nível central, que saíram recentemente em Diário da República. A resposta está dada. Para além desses incentivos de nível nacional este Regulamento permitirá ao Executivo determinar em primeiro lugar quais os projetos que têm interesse municipal e em segundo lugar, ao determinar quais são esses mesmos projetos, saber quais os benefícios fiscais de que podem usufruir, nessa circunstância. O Regulamento ajuda a que haja objetividade e não discricionariedade, em considerar um projeto de interesse municipal e outro não, porque tem regras objetivas; tipifica os apoios previstos e isso não vai colidir com os incentivos que já existem para a recuperação no Centro Histórico porque são cumulativos e juntam-se aos cinco incentivos que já há para a recuperação dessa zona. Estes incentivos são mais voltados para outras áreas mas também incidem nos investimentos que venham a ser feitos no Centro Histórico; para este local além do decréscimo do IMI, da isenção do IMT e do IVA a 6%, há a isenção de taxas municipais e taxa de ocupação da via pública. Neste caso haverá benefícios fiscais autorizados pela Assembleia, naquilo que são competências municipais, de acordo com a tipificação que esse Regulamento prevê.

Peço ao Senhor Presidente da Mesa que me autorize a acrescentar duas informações sobre a Atividade Municipal de questões que foram decididas depois da distribuição da Informação aos respetivos Grupos Municipais.

O primeiro respeita à assinatura, na última sexta-feira, por parte do Município de Chaves de um contrato Local de Desenvolvimento Social, para os próximos dois anos; o segundo é que nesse mesmo dia foi decidido, por mim, o pagamento do subsídio de férias no presente mês de Junho, a todos os funcionários da Câmara Municipal, sem qualquer exceção.

Neste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:



MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que atualmente há investimentos que são muito grandes mas que criam muito poucos postos de trabalho.

“Também sabemos que o desemprego e a fixação de pessoas é das questões principais que devem nortear o trabalho do executivo. Numa primeira leitura tenho dificuldade em perceber porque é que se dá mais importância ao valor do investimento do que ao número de postos de trabalho a criar. Gostava de saber, se a prioridade é o emprego, porque é que podemos ter um investimento superior a um milhão de euros, que cria muito poucos postos de trabalho e podemos ter investimentos mais pequenos mas que criem um maior número de postos de trabalho”.

BRIGITE RAQUEL BAZENGA V. T. GONÇALVES do PS – depois de cumprimentar os presentes disse que se tem apercebido que há eleitos políticos com assento na Assembleia Municipal que, nos últimos dois meses, têm trabalhado mais do que é costume.

“É o caso da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior em que os telefones trabalham mais, as pessoas andam mais na rua e até durante a noite é visível a luz acesa até altas horas, o que antes não acontecia. O fruto desse trabalho será, em nosso entender mais para fazer manchetes do que para produzir resultados.

Com o devido respeito parece-nos ser também esse o objetivo deste Regulamento. Depois de doze anos, a aposta na indústria, no investimento e na atratividade deste Concelho para fins industriais, tem sido tão fraca, tão limitada e muito mais agora que o QREN está a acabar, a banca não dá financiamentos e não há apoios para investimento. Com este Regulamento o Município de Chaves vai encher manchetes de jornais a dizer que é amigo dos investidores. Parabéns ao Executivo Municipal. Vamos ver quais os investidores que vão surgir durante este verão para que o Regulamento surta algum efeito, a dois meses do final do mandato, sem ter sido discutido previamente neste Fórum, nem com a ACISAT – pelo menos o documento não diz que tenha sido.

Vejo uma seleção de atividades prioritárias, cujos critérios não percebo; indústria extrativa e indústria transformadora, turismo e atividades declaradas de interesse para o turismo, atividades em serviços informáticos e conexos, atividades agrícolas, apícolas, agropecuárias e florestais, produtos agroalimentares certificados na área geográfica do Concelho de Chaves, atividades de investigação e desenvolvimento, tecnologias de informação e produção de audiovisual e multimédia, ambiente, energia e telecomunicações. Então a saúde, o bem-estar e o ensino? e outras áreas que podiam ser privilegiadas? Porquê estas e não outras?

Nos dias que correm parece-nos estranho que a prioridade para a ponderação do executivo e a maior majoração, seja quanto às cifras, quanto ao montante investido e não quanto ao número de postos de trabalho. Para nós, Partido Socialista e estamos certos que para a CDU também, a prioridade deste Concelho tem de ser, deve ser, obrigatoriamente será se o PS for, como esperamos, executivo, o combate ao desemprego. Não é isto que este Regulamento reflete politicamente, não é essa a intenção aqui manifesta. A intenção aqui manifesta é de privilegiar mais uma vez o capital, em detrimento do número de postos de trabalho a criar. Não obstante, porque



já há muito que no Partido Socialista apelámos a este executivo para que tomasse medidas deste género, mas que as tivesse tomado em tempo de produzirem resultados. Do ponto de vista genérico não nos opomos a este Regulamento mas faremos as respetivas declarações de voto e proporemos uma revisão do documento para o melhorar, certamente.

ANTÓNIO MANUEL SANTANA ABELHA do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Antes de entrar no assunto propriamente dito, queria salientar a atenção com que a Senhora deputada Brigitte Raquel segue a atividade, até luminosa, de luz artificial, de determinadas Juntas de Freguesia. A cuscovilhice faz-me lembrar tempos passados e não gosto disso.

Quero recordar à Senhora deputada quantos anos o poder central demorou a adotar os PIM; aquelas inteligências socialistas que nos governaram durante quinze anos, dos últimos dezoito, quantos anos demoraram? Agora vêm criticar o poder local. E pergunta a Senhora deputada porquê só agora? Eu respondo-lhe que tarde é nunca começar. Isso é que é tarde. A sua intervenção, que não vai ter concretização prática, porque o povo é mais forte do que nós, não se vai concretizar. Este projeto, como outros, há-de ter o êxito que tiver, graças à iniciativa privada, graças ao trabalho e ao capital.

Não está aqui a ACISAT, porque se aqui estivesse a Senhora deputada, certamente, iria dizer que são sempre os mesmos.

Ficámos aqui a saber que a Senhora deputada, em nome do Partido Socialista, defendeu PIM para a saúde e para o ensino mas essas áreas são da competência do Poder Central, com exceção do Ensino Básico, que esse sim é da competência da Autarquia.

Este documento é tão simples, tão objetivo e sem por em causa a opinião da Senhora deputada Brigitte e a do Senhor deputado Manuel Cunha, quanto à majoração e à ponderação de alguns critérios, que efetivamente, pode suscitar divergências saudáveis, mas é tão transparente que eu escrevi sobre ele um texto analítico e que passo a ler:

Vem o Executivo camarário colocar à Assembleia Municipal, para aprovação, o Regulamento de Projetos de Interesse Municipal. Fá-lo, no estrito cumprimento da lei 2/2007, de 15 de janeiro, que atribui às Assembleias Municipais poderes para concederem isenções totais ou parciais, que respeitem impostos locais, sendo que este poder tributário não conflitua com o princípio da legalidade. De igual modo ao aprovar este Regulamento ficam estabelecidos os critérios objetivos e vinculativos que conferem a necessária previsibilidade dos poderes tributários do Município, garantindo-se, assim, o respeito pelo princípio da igualdade.

Finalmente, ao aprovar este Regulamento, a Assembleia Municipal, por força dos critérios que classificam o que é um Projeto de Interesse Municipal, o qual, por sua vez tem como finalidade a concessão de isenção total ou parcial de impostos e taxas locais, vincula o Órgão Executivo à assunção da transparência deliberativa, no momento em que decide atribuir quaisquer isenções aos investidores que apresentem projetos de interesse municipal. Mas, tão ou mais importante do que a forma, que aqui abordamos, interessa salientar o conteúdo. O Município de Chaves



tem vindo, ao longo dos últimos anos, a apostar em políticas económicas para o Concelho, seja o Parque de Atividades, seja o Nó de acesso do mesmo à A24, seja a criação e participação em Associações vocacionadas para a dinamização de atividades económicas, empresariais e sociais, de âmbito local. Com esta iniciativa o Executivo prossegue a sua luta pelo desenvolvimento económico local, tentando criar uma vaga de dinamização económica de investimento no nosso município, inserida numa estratégia de desenvolvimento local e regional, bem necessários, nos tempos de severa recessão. Com os PIM será possível atrair ou manter no Concelho de Chaves investimentos, estimular novas iniciativas de negócios que contribuam para o desenvolvimento sustentável, que favoreça a fixação de população, que proporcione a criação de emprego, fazendo com que esta chaga social diminua.

Como sabem, com a criação de uma empresa, seja ela qual for, os seus efeitos não se esgotam no ato. Necessariamente, em maior ou menor grau e intensidade, por natural efeito de arrastamento, essa criação repercute-se a montante e a jusante da mesma, contribuindo para que outras empresas beneficiem desse investimento, e estas, de igual modo, repercutem a sua renovada atividade sobre outras, provocando o que neste caso seria, um desejado efeito de bola de neve, de desenvolvimento económico local.

Ambicioso o projeto do executivo camarário? Exageradas as repercussões do mesmo sobre a reanimação do tecido produtivo, exaurido que está este, depois de tantos anos de crise económica? Só o tempo poderá ser juiz para responder a estas perguntas. Fica a certeza Senhor Presidente, Senhores deputados e Senhores Presidentes de Junta de que não devemos encarar como uma fatalidade o estado atual das coisas e cruzar os braços. Foi exatamente isto que o executivo camarário não fez. Pelo contrário. Arregaçou as mangas e apresenta-nos mais uma iniciativa para o progresso do nosso Concelho e das suas gentes. Iniciativa que desejamos seja um sucesso.

Face ao exposto o Grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente o Regulamento de Projetos de Interesse Municipal apresentado pelo Executivo camarário e relembra que toda a grande viagem começa sempre por um primeiro passo. Que esta iniciativa seja também mais um primeiro passo na senda da longa viagem do progresso e da felicidade dos cidadãos”.

BRIGITE RAQUEL BAZENGA V. T. GONÇALVES do PS – pediu novamente a palavra, no uso do direito de resposta, para dizer ao Senhor deputado António Abelha que não fez qualquer consideração a propósito da sede do PSD, até porque não lhe compete.

“Mas compete-me, como eleita e membro da Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, estar atenta ao exercício do respetivo executivo, que não é só composto pelo seu Presidente. Eu falei do intenso trabalho diurno e noturno do executivo de Santa Maria Maior, não necessariamente no interesse dos munícipes da freguesia, mas isso é outra questão.

Relativamente aos PIM e por tardios que tenham sido, se bem o Senhor deputado se recorda, ainda durante o mandato do Governo a que se referiu, foi implementado um aqui no Concelho e de sucesso. Veremos no decurso destes mandatos, ao abrigo deste Regulamento quantos PIM teremos sediados aqui no Concelho.



Quanto à saúde, à educação e às atividades que este documento privilegia, o que eu disse é que carecia de explicação porquê estas áreas e não outras. Ao contrário do que o Senhor deputado aqui pretendeu deixar expresso, não defendi o Ensino Superior privado ou Hospitais privados. Mas, se calhar, da maneira a que fomos deixando chegar o nosso Serviço Nacional, o Hospital Público e a Universidade Pública, se calhar, vamos ter de começar a ponderar essas questões.

Finalmente e porque não levo lições de democracia de ninguém, por maior que seja o respeito que lhe tenho, queria dizer-lhe que quando se referir à Coreia ou a Cuba, não será certamente com a força partidária PS que tem de conversar. Haverá aqui outras a quem melhor poderá dirigir esse tipo de considerações. E quanto a votações e secretários gerais também lhe quero dizer, orgulhosamente, que a Concelhia de Chaves ainda há relativamente pouco tempo, maioritariamente, também não elegeu este Secretário Geral do Partido Socialista, mas nem por isso deixa de o apoiar ou se sente menos legitimada para o seu exercício democrático”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às intervenções havidas, começando por agradecer a defesa desta proposta feita por parte do Senhor deputado António Abelha.

Em complemento do que o Senhor deputado disse, gostaria de saber se a CDU entende que a Senhora deputada Brigitte pode falar em seu nome ao dizer que a CDU pensa da mesma forma que o Partido Socialista. Se assim é seria bom que ambos partidos se entendessem. É que a CDU deu a entender, na intervenção do Senhor deputado Manuel Cunha, que este Executivo, como está no fim do mandato, já não trabalha. Em contrapartida a Senhora deputada Brigitte veio dizer que agora que este Executivo está no fim do mandato é que trabalha. Isso, porém não nos vai impedir de continuar a fazer aquilo que entendemos dever fazer.

Os Projetos de Interesse Municipal, como os Projetos de Interesse Nacional, são voltados para atividades ligadas ao investimento, à indústria e ao empreendedorismo. Em Chaves temos muito orgulho de tudo o que fizemos na área da educação, que foi muito. Na saúde, na parte que é da nossa responsabilidade, ou seja no bem-estar, orgulhamo-nos do muito que investimos nas Termas de Chaves e vamos continuar a investir. No próximo dia 18 de junho em curso, será adjudicado o Balneário Termal de Vidago.

O Senhor deputado Manuel Cunha perguntou porque é que se privilegia o investimento em função dos postos de trabalho. Poderá ter razão em termos conceptuais, mas passo a explicar porque estão atribuídos 40% ao investimento e 30% à força de trabalho. É que atualmente as empresas mais competitivas são de base tecnológica privilegiando o investimento nessa área e não propriamente no número de postos de trabalho. Dessa forma não poderíamos estar a secundarizar um investimento que fosse mais competitivo, de base tecnológica, só pelo facto de não criar postos de trabalho. Temos o exemplo das *peletes* onde se investiram dois milhões e meio de euros, e só foram criados oito postos de trabalho. Pela nossa matriz ideológica defendemos em primeiro lugar as pessoas mas não podemos inviabilizar investimentos de base tecnológica, pela contingência da criação de postos de trabalho. De qualquer maneira essas percentagens podem ser flexíveis se houver propostas nesse sentido. Hoje a política e o pragmatismo levam-nos a que,



continuamente nos adaptemos à realidade em que vivemos. É essa a verdadeira ação política.

A Senhora deputada Brigitte perguntou repetidamente «porquê só agora». E eu pergunto à Senhora se recorda há quanto tempo existe em Chaves um Parque Empresarial, moderno e com todas as condições, com capacidade para receber empresas competitivas. Eu recordo-a. Existe desde 2006. Foi este Executivo que criou condições para receber investimento atual e capaz de competir nos diversos mercados. E o exemplo está lá com empresas competitivas que nesta altura empregam cerca de duzentas pessoas. Mau era haver investidores interessados em instalar-se aqui e não tivessem condições nem espaço para o fazer. A Senhora deputada perguntou ainda porque só agora adotamos os PIM. Porque só agora o novo Quadro Comunitário de Apoio, que terá início em 2014, ao contrário dos anteriores, que tinham uma incidência maior sobre infraestruturas, a sua incidência acentua-se no apoio ao setor empresarial e à base produtiva do País. Não vem tarde Senhora deputada. Pelo contrário. Vem na altura certa e ansiamos profundamente que tenha os efeitos que todos desejamos no futuro.

Sobre a melhoria deste Regulamento já por diversas vezes, nesta Assembleia, demos provas de que estamos abertos a receber sugestões que possam retificar situações que entendamos dever ser melhoradas.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que tudo isto tem um pouco a ver com reflexão de quando se fazem os projetos e poder ser, ou não interpretado como uma crítica.

“Acabamos por majorar mais um investimento superior a um milhão de euros que crie poucos postos de trabalho e que não seja sediado no Concelho. Ora se não é sediado no Concelho, se lhe concedemos incentivos fiscais e se não cria postos de trabalho, qual é a vantagem para o Concelho? Fica a dúvida se serve para alguma coisa. Mas um investimento que crie mais de quarenta postos de trabalho se for sediado no Concelho e possa pagar aqui alguns impostos, promovido por jovens, fica em pé de desigualdade. Eu faço um raciocínio contrário àquele que fez o Executivo. Temos de privilegiar os postos de trabalho e não o investimento”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou o Senhor deputado de que hoje em dia é inegável que as empresas competitivas são as que têm mais base tecnológica.

Mas há uma questão que responde à preocupação do Senhor deputado. É que quando uma empresa é sediada no Concelho de Chaves não paga derrama. Como sabe a Autarquia só lança derrama sobre empresas com a sede fora do Concelho.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 90 votos a favor, 4 abstenções (1 do PS e 3 da CDU) e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 3 – REVISÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2013. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 12/2013.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que esta Proposta vem a esta Assembleia Municipal pelo imperativo legal de inscrição das reposições não abatidas,



após a prestação de contas, mas também porque há uma recalendarização de obras que constam no PPI, com valores de investimento previstos para 2013 que, em função dessa recalendarização, transitarão para 2014.

Três das obras que constam no documento em apreciação serão propostas para adjudicação na próxima reunião de Câmara que terá lugar em Vidago. As restantes já estão em fase posterior a este processo, com exceção da “Rodovia” (lanço 3) que está em concurso.

Aprovada esta Revisão, estamos em condições de remeter ao Tribunal de Contas todos os documentos necessários para apreciação daquele Órgão, nomeadamente, calendarização e montantes respetivos, no estrito cumprimento da Lei dos Compromissos.

Não houve intervenções.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com oitenta e nove votos a favor, cinco abstenções (três do PS, duas da CDU) e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 4 – PAEL - PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO. INFORMAÇÃO 13/DGF/13.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que o PAEL é um Programa de apoio à Economia Local publicado no Diário da República, onde constam as respetivas condições de adesão. A Câmara Municipal de Chaves está incluída no Programa II. Quando de má-fé se utiliza o PAEL para fazer crítica política deve ter-se algum cuidado. Deve ler-se e procurar ser verdadeiro perante as pessoas. É que para além dos membros desta Assembleia há outras pessoas que também leem o Diário da República.

O Programa II, que não implica condições restritivas, tem uma taxa de juro de 2,65%, impensável em qualquer outro empréstimo que possa ser contraído. Também gostaria que esta Assembleia Municipal ficasse clara e definitivamente esclarecida sobre o seguinte: ultimamente houve Senhores Presidentes de Câmara que disseram ter baixado o IMI, mas a Autarquia de Chaves não o baixa porque em Chaves este imposto já está no valor mínimo há anos. Não é possível baixar mais e assim continuará; um dos assuntos da sessão da Assembleia Municipal a ter lugar no próximo mês de Setembro será exatamente manter o IMI no valor mínimo.

No Jornal de Notícias saiu recentemente uma lista com o nome dos Municípios e respetivas taxas de IMI que cada um cobra e onde se pode verificar que enquanto Chaves aplica a taxa mínima, outros Municípios aplicam valores mais elevados. Isto significa que, ao contrário daquilo que se pretende fazer crer, por má-fé, em Chaves os impostos da responsabilidade da Autarquia, são cobrados pela taxa mínima.

Fomos uma das primeiras Câmaras a ter o visto do Tribunal de Contas para aceder ao PAEL, porque temos a situação devidamente controlada. Algumas autarquias ainda não têm o visto. Isso testemunha a validade da nossa gestão.

Uma das situações que por opção, não vamos fazer nos catorze anos, mas sim nos primeiros cinco é a monitorização trimestral. O que hoje vem a este Órgão é a monitorização do primeiro trimestre de utilização do PAEL. O Município de Chaves desde a última Assembleia realizada em abril, até à presente data, diminuiu a dívida



em cerca de quatro milhões de euros. Neste momento a dívida real da Câmara de Chaves é de trinta e seis milhões de euros.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com com 93 votos a favor, 1 abstenção do PS e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 5 - LEI Nº. 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO, LEI DOS COMPROMISSOS DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2013. INFORMAÇÃO Nº. 6/SC/13.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que de acordo com a autorização genérica oportunamente concedida por esta Assembleia Municipal, vem a informação dos contratos assumidos no período decorrido entre a última reunião e esta que hoje ocorre.

Não houve intervenções.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com com 91 votos a favor, 3 abstenções (1 do PS e 2 da CDU) e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 6 – COMPRA DO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE COMERCIAL EEA DETIDA NA PROPORÇÃO DE 52%, PELA SOCIEDADE EHATB;

- AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

- FUSÃO.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que esta Proposta vem no sentido de pedir autorização à Assembleia Municipal para adquirir ativos para a EHATB, através do sexto que a Autarquia detém na Empresa.

A Empresa EEA – Empreendimento Eólico do Alvalá, Lda. é o segundo melhor ativo da EHATB onde detém 52% do total sendo os restantes 48% detidos pela FINERGE – Gestão de Projetos Energéticos SA. Acontece que a FINERGE colocou à venda a sua participação e a ENEL ofereceu-se para adquirir esse ativo pelo valor de cinco milhões e cem mil euros. Os Municípios do Alto Tâmega que detém, indivisamente, um sexto dos 52% reuniram e não autorizaram a venda. Como a Lei do Setor Empresarial Local não autoriza os municípios à compra, o que se pede a esta Assembleia Municipal é que autorize a EHATB a comprar os 48% da FINERGE bem como sua fusão na Empresa, ficando esta com a totalidade dos ativos. Desta forma as autarquias aumentarão muito o valor da sua percentagem (1/6) na EHATB.

Mesmo com a autorização da Assembleia Municipal pode acontecer que a operação não se venha a concretizar, por decisão do Tribunal de Contas que será dada a cada município, individualmente, mediante pedido formulado pela EHATB.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS do PS – disse que depois de ouvir a explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara ficou totalmente esclarecido.

“Queria fazer uma observação, porque não é a primeira vez que nos aparecem propostas confusas como esta que está em discussão. Certamente seria possível



aligeirar um pouco a linguagem porque quem lê a Proposta não vê aquilo que o Senhor Presidente disse muito claramente”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que no futuro deve haver uma “digestão” diferente do que são as atas da reunião da Câmara que certamente têm de ser assim, mas que são completamente ilegíveis. Isto porque evocam tantos decretos, tantas normas, tantos regulamentos e tantos considerandos que nada têm a ver com a síntese que o Senhor Presidente da Câmara faz sobre os assuntos. É o caso deste que está em discussão.

“ A informação que resulta da atividade camarária deve ser legível para o cidadão comum e nós, para além de sermos cidadãos comuns, somos interessados e preocupados. As atas das reuniões de Câmara são de difícil leitura e impossível compreensão. No futuro, para dar credibilidade e transparência à política, e isto tem a ver com as atas de todas as autarquias do País, deve haver uma simplificação na redação dos documentos. Foi isso que o Senhor Presidente da Câmara acabou de fazer na sua explicação sobre este assunto. Desta forma os assuntos são transparentes e todos os entendemos. Tem de se encontrar a forma de resolver esta questão”.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se face a esta Proposta, que irão aprovar, pode ficar claro que o Município não vai ter de despendar verba rigorosamente nenhuma.

“É a EHATB que faz a aquisição e o que vai acontecer, se a operação se realizar, é que o sexto de cada um dos municípios sai valorizado”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu aos Senhores deputados dizendo:

Quem adquire é a EHATB. Os municípios não despendem qualquer capital e o sexto que cada um detém na Empresa fica muito valorizado.

A Proposta em discussão não foi elaborada pelos técnicos da Câmara de Chaves, mas sim pelos serviços da EHATB. As que são elaboradas na Autarquia, apesar do preâmbulo e considerandos, normalmente tem um ponto que diz «*Proposta em Sentido Restrito*» onde é explicada resumidamente o conteúdo da mesma. Entendo que deve haver sempre um caminho para clarificar e simplificar a leitura destes documentos, de forma a torná-los acessíveis a todos os cidadãos.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com com 93 votos a favor, 1 abstenções do PS e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 7- PROPOSTA DE TABELA DE TAXAS SIR – SISTEMA DE INDÚSTRIA RESPONSÁVEL - ARTIGOS 79º E 81º, DO DECRETO-LEI N.º 169/2012, DE 1 DE AGOSTO. PROPOSTA Nº. 52/GAPV/13.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que a Proposta em discussão visa dar mais atenção e importância ao ambiente.

O licenciamento de atividades industriais inclui uma taxa relativa ao licenciamento zero que, como sabem, é um pedido que não é fiscalizado preventivamente nem previamente, mas sim posteriormente. Este Executivo optou por aplicar a taxa nacional mais baixa. Somos obrigados a ter esta taxa em vigor para aplicação nas novas formas de licenciamento das atividades industriais. Pretendemos incluir o



Parque Empresarial, como local onde haverá empresas responsáveis, sobretudo industrialmente responsáveis respeitando o ambiente.

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com com 93 votos a favor, 1 abstenções do PS e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 8 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO, DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES.

PONDERAÇÃO DAS SUGESTÕES E OBSERVAÇÕES APRESENTADAS NA FASE DE PEDIDO DE PARECER E DISCUSSÃO PÚBLICA DE PROJETO.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que a lei prevê que nos próximos anos haja alterações nos sistemas de abastecimento de água, nomeadamente no sentido de favorecer a qualidade desse bem essencial para os cidadãos.

O Município de Chaves elaborou este Regulamento que permitirá mais equidade e mais responsabilidade quer para os cidadãos, quer para os responsáveis pelo abastecimento de água, permitindo haver uma atuação comum, uma vez que não existia qualquer norma regulamentar.

Este documento teve início há mais de um ano e foram pedidos pareceres a diversas entidades, nomeadamente ao ERSAR.

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com com 85 votos a favor, 8 abstenções (5 do PS e 3 da CDU) e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O Senhor Presidente da Mesa, depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária _____